

01010010  
101011010100  
1010111  
▼ ENSAIO  
0101010101  
01010010011  
10101010010101  
0010010  
1010101010  
011101010  
10010

01001  
1010110100  
1010111  
0101010101  
1010  
01001010010  
0101001  
0010100111  
0010101

# TECNOLOGIA, POLÍTICA E POLÍTICOS

 MARIA ALEXANDRA CUNHA, professora da PUC-Paraná,  
alexandra.cunha@pucpr.br

**Durante a Copa do Mundo da África do Sul**, certo comentarista esportivo brasileiro levou um retumbante “cala a boca”, que foi imediatamente alçado à condição de tópico mais discutido do Twitter no mundo inteiro. Redes sociais, como o Orkut e o Facebook, fazem muito sucesso entre os internautas brasileiros. O Brasil tem, além disso, mais de 180 milhões de telefones celulares, grande parte dos quais se encontra nas mãos das classes C e D.

Indicadores como esses, aliados às oportunidades que a tecnologia oferece para turbinar campanhas eleitorais – veja-se, por exemplo, a forma como a bem-sucedida campanha de Barack Obama usou os recursos da Web 2.0, em 2008 –, nos permitem apostar que a tecnologia será usada como nunca pelos políticos brasileiros, nas eleições deste ano.


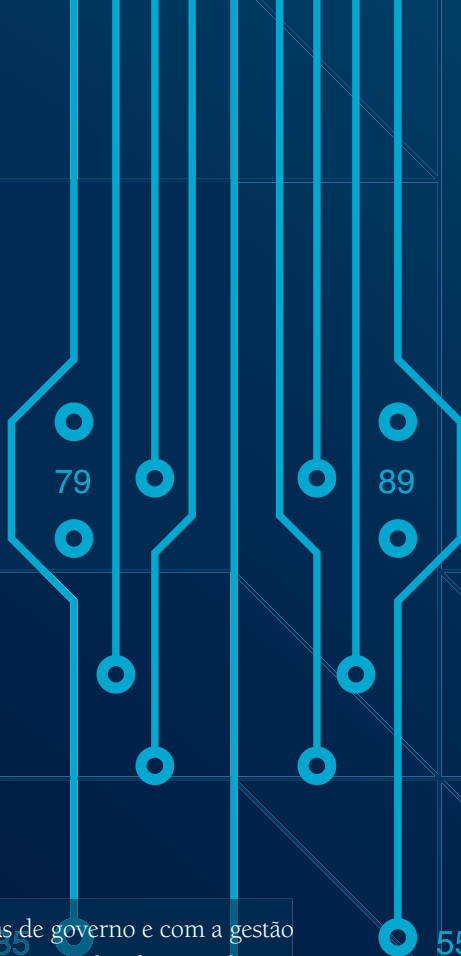
Mas a tecnologia não está aí apenas para que políticos ganhem eleições. Sejam quais forem os vencedores, existem grandes desafios a serem equacionados pelos governos, no que tange às políticas de tecnologia: avançar na universalização dos serviços, ser mais assertivo nas práticas de governança de TIC para que extrair valor dos investimentos, aumentar a participação dos cidadãos em todas as etapas de políticas públicas, ampliar a prática democrática.

No tocante à universalização, todos os cidadãos têm que ter acesso aos serviços públicos, no

canal que lhes for mais conveniente. O país precisa ultrapassar a brecha digital diagnosticada, por exemplo, pelas pesquisas do Comitê Gestor da Internet (CGI). Em 2009, muitas pessoas não acessaram a internet por não terem de onde acessar (21%, que sobe para 36% na área rural), por não terem condições de pagar pelo acesso (20%) ou por falta de habilidades necessárias para fazê-lo (53%).


Se de um lado alguns serviços públicos podem ser acessados a partir de dispositivos mais populares, como o telefone celular, de outro, a internet pelo celular, que não para de crescer em outros países, por aqui está estagnada há anos. Mais de 80% dos celulares brasileiros são pré-pagos, segundo a Anatel. Ao mesmo tempo, porém, temos os serviços pré-pagos mais caros do mundo. Essa é uma barreira a um meio de entrega de serviços e informações aos cidadãos que poderia ser alvo de regulação. O Plano Nacional de Banda Larga traz promessas de universalização, mas não resolve tudo.

Ser mais assertivo nas práticas de governança de TIC significa estabelecer, ou ampliar, métodos que garantam que a tecnologia esteja alinhada aos objetivos de governo e às expectativas da população. Para a área de informática do governo, significa gerenciar melhor, comprar melhor, relacionar-



se melhor com as áreas de governo e com a gestão pública, e garantir o uso inovador das tecnologias. Não existem indicadores de uso de tecnologia no setor público, mas é fato que ele está menos evoluído do que nas empresas. A Pesquisa Anual sobre o Uso de TI, da FGV-EAESP, mostra que 6,4% do faturamento líquido de médias e grandes empresas brasileiras é utilizado em investimentos e gastos com informática. Uma olhada rápida a qualquer atendimento ao cidadão permite concluir que, com honrosas exceções, a proporção não é a mesma para os governos no Brasil, mesmo os de médio e grande porte.

A participação do cidadão não é uma concessão de um governo temporário, deve ser vista como direito. E para participar, o cidadão deve ter diferentes canais à disposição, de forma a reduzir restrições de mobilidade, de acesso, de exposição. O processo de participação deve contar com mecanismos tradicionais e com tecnologia em múltiplos canais, integrados entre si. As políticas de tecnologia necessárias para conduzir a isso estão expressas nos programas dos candidatos. Resta saber de que forma serão implementadas depois das eleições. Será que os governantes recém-eleitos saberão colocar a serviço do cidadão as mesmas tecnologias nas quais tanto investem em suas campanhas? ■



**NOVAS  
TECNOLOGIAS  
ESTÃO A  
SERVIÇO DAS  
CAMPANHAS  
ELEITORAIS.  
RESTA SABER SE  
ELAS TAMBÉM  
SERÃO POSTAS A  
SERVIÇO DOS  
CIDADÃOS**